



Universidade de Brasília
Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Psicologia – IP
Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED
Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - PGPDS

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO HUMANO,

EDUCAÇÃO E INCLUSÃO ESCOLAR – UnB/UAB

**A INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM BAIXA VISÃO NA ESCOLA DE
ENSINO INFANTIL EM CRUZEIRO DO SUL.**

MARIA DO CARMO DE SOUSA SILVA

DRA. ANA PAULA CARLUCCI

BRASÍLIA/2015



Universidade de Brasília
Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Psicologia – IP
Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED
Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - PGPDS

MARIA DO CARMO DE SOUSA SILVA

**A INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM BAIXA VISÃO NA ESCOLA DE
ENSINO INFANTIL EM CRUZEIRO DO SUL.**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em
Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar,
do Departamento de Psicologia Escolar e do
Desenvolvimento Humano – PED/IP – UnB/UAB.

Orientador (a): Dra. Ana Paula Carlucci.

BRASÍLIA/2015

TERMO DE APROVAÇÃO

MARIA DO CARMO DE SOUSA SILVA

**A INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM BAIXA VISÃO NA ESCOLA DE
ENSINO INFANTIL EM CRUZEIRO DO SUL.**

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar – UnB/UAB. Apresentação ocorrida em 28/11/2015.

Aprovada pela banca formada pelos professores:

DRA. ANA PAULA CARLUCCI (Orientador)

DRA. SUELI DE SOUZA DIAS (Examinador)

MARIA DO CARMO DE SOUSA SILVA (Cursista)

BRASÍLIA/2015

DEDICATÓRIA

Dedico esta monografia primeiramente a DEUS, pela coragem, força e sabedoria em minha vida, que me ajudou a prosseguir, enfrentado todas as dificuldades, pois sem DEUS não somos nada. Ao meu filho Carlos Eduardo, minha razão de viver e por quem eu busco vencer as dificuldades do dia a dia. A minha mãe por ter me conduzido no caminho certo e dado oportunidade de estudar e conseguir meus propósitos e que esteve sempre ao meu lado me apoiando em todas as decisões tomadas.

Aos Tutores online, Sandra Viana e Patrícia Nazário, que muito contribuíram com a minha caminhada durante o curso e a tutora orientadora Ana Paula Carlucci pela orientação dedicada à esta monografia e para todos os colegas que contribuíram direto e indiretamente na conclusão deste curso de especialização.

MARIA DO CARMO DE SOUSA SILVA

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a DEUS, nosso grande pai celeste por me iluminar durante toda essa caminhada, ter concedido inteligência e a oportunidade de cursar este curso de especialização em desenvolvimento humano, educação e inclusão escolar.

Aos meus familiares mãe, filho e irmãos pelo carinho, amor e dedicação que estiveram sempre ao meu lado para que eu pudesse vencer todas as barreiras dando apoio e incentivo pra que prosseguisse nessa caminhada, principalmente nos momentos importantes em que deixei de estar com eles para me dedicar aos estudos.

Aos tutores presenciais e online, por ter me ajudado nessa caminhada e ter acreditado em minha capacidade de prosseguir e por não terem medidos esforços para me guiar, auxiliando na busca de conhecimentos necessários a construção das reflexões aqui citadas.

Em fim agradeço a todos aqueles que, de uma forma ou de outra, contribuíram para que eu tivesse êxito no curso de especialização em desenvolvimento humano, educação e inclusão escolar.

RESUMO

O presente trabalho tem como tema a inclusão escolar de alunos com baixa visão na escola de Ensino Infantil em Cruzeiro do Sul. Nesta pesquisa, procuramos entender como está o processo de ensino e aprendizagem dos alunos com necessidade educacionais especiais, particularmente o estudante com baixa visão na escola infantil do município de Cruzeiro do Sul, compreendendo a realidade dentro da sala de aula no seu fazer educativo, assim como a formação dos professores que trabalham com esses alunos. Desta forma o presente estudo teve como objetivo investigar os processos de inclusão de alunos com baixa visão no ensino infantil e observar como a escola está preparada e organizada para receber o aluno para uma verdadeira inclusão desses discentes. Para o trabalho empírico, utilizamos como metodologia a pesquisa qualitativa, com base em um roteiro de entrevista semiestruturado. Participaram do estudo duas professoras: uma de atendimento educacional especializado e a outra regente. Para a análise de dados realizamos a análise interpretativa de conteúdo. Os resultados sugerem que os participantes ainda não se sentem suficientemente preparados para lidar com os alunos com necessidades educacionais especiais.

Palavras-Chave: Alunos; Baixa Visão; Educação Infantil; Inclusão.

SUMÁRIO

RESUMO	VI
1. APRESENTAÇÃO	1
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	4
2.1. O que é Baixa Visão	4
2.2. O que pode Causar a Baixa Visão	5
2.3.A Inclusão Escolar no Brasil: O que é e sua História.....	7
2.4. Educação Inclusiva para Alunos com Baixa Visão	9
2.5.Formação Profissional dos Docentes para Educação Inclusiva	12
3 OBJETIVOS	
3.1. Objetivo Geral	15
3.2. Objetivo Específicos	15
4 METODOLOGIA	
4.1. Fundamentação Teórica da Metodologia	16
4.2. Contexto da Pesquisa	16
4.3. Participantes	17
4.4. Materiais	17
4.5. Instrumentos de Construção de Dados	17
4.6. Procedimentos de Construção de Dados	18
4.7. Procedimentos de Análise de Dados	18
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO	20
5.1. A Interação da Aluna com Baixa Visão na Escola	20
5.2. Aprendizagem da Criança com baixa Visão, suas Dificuldades e Facilidades	20

5.3. Conhecimento das Professoras sobre a Inclusão e a Baixa Visão	22
---	-----------

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	25
-------------------------------------	-----------

REFERÊNCIAS

APÊNDICES

A- Roteiro de entrevista para professora regente (Modelo).

B- Roteiro de entrevista para professora de atendimento educacional especializado (Modelo).

C- Dados coletados através de observação (Modelo)

ANEXOS

A- Carta de Apresentação – Escola (Modelo)

B– Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Professor (Modelo)

C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Pais (Modelo)

1 INTRODUÇÃO

Este estudo tem como temática a inclusão escolar dos alunos com baixa visão no ensino infantil em uma escola municipal de Cruzeiro do Sul. A pesquisa traz uma análise da inclusão do aluno com baixa visão na escola regular do ensino infantil, sua importância para a socialização, seus objetivos e sua evolução, apoiado pelo programa de Sala de Recursos Multifuncional (BRASIL, 2001; ALVES, 2006), espaço para atendimento educacional especializado para o aluno com deficiência visual. Este tema foi escolhido pela necessidade de aprofundar e adquirir conhecimentos, em função dos sentimentos de inseguranças e angústias vivenciadas pelo educador do ensino infantil em receber uma criança com necessidades especiais em sala de aula.

A inclusão é um processo caracterizado pelo conhecimento das deficiências, suas especificidades do que o aluno é ou não capaz de desenvolver. A deficiência visual compreende desde pequenas alterações na acuidade visual até a ausência de percepção de luz, mas a baixa visão e a cegueira são as alterações que têm implicações mais sérias para a vida das pessoas com necessidades especiais, para as suas famílias e para as pessoas ao seu redor, como os educadores e colegas de classe.

A inclusão escolar dessas crianças se apresenta como um fato novo para a maioria dos professores e profissionais ligados a educação, surgindo como um grande desafio para todos por isso a escola deve oferecer espaços, materiais e profissionais especializados para atender os alunos com Baixa Visão.

Na educação infantil, faz-se necessário compreender que a deficiência visual engloba uma variedade de condições orgânicas e sensoriais que tem consequências diferentes no desempenho visual da criança. A partir desses conhecimentos o professor precisa adquirir condições para delinear suas propostas de forma que todos os alunos sejam capazes de aprender e se desenvolver.

A nova Lei de Diretrizes Básicas da Educação 9.394 tem o objetivo de construir condições para a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular. Assim, o programa de educação inclusiva: direito à diversidade do MEC, teve início em 2003, integrando alunos com deficiências no sistema de ensino, garantindo meios inclusivos, tanto na formação de educadores quanto em equipamentos e materiais pedagógicos.

As Diretrizes (2001) fixam tal obrigação pelo fato de o aluno não precisar se adaptar à escola, mas sim a escola que deve disponibilizar condições devidas para um

bom aproveitamento do processo de ensino-aprendizagem. Segundo Mittler (2003, p. 161), “cada escola encontrará obstáculos diferentes no caminho, porém todas elas acharão que as barreiras mais difíceis emergem de dúvidas bastante arraigadas, mas não necessariamente expressas sobre se essa jornada de fato é válida”.

Apesar dos avanços conceituais propostos pelas Diretrizes Nacionais para a Educação Especial a Educação Básica (BRASIL, 2002), as quais recomendam o atendimento educacional de crianças com deficiência acentuadas no ensino regular, com propostas pedagógicas que enfatize as possibilidades e as necessidades especiais, constata-se na realidade que isto ainda não ocorre na educação infantil com crianças com baixa visão de maneira eficaz pois os obstáculos se acentuam sendo que muitos educadores encontram dificuldades em desenvolver atividades para crianças com baixa visão, e o fator preponderante para essa situação é a falta de cursos de especialização para esses educadores que estude sobre a avaliação do processo de desenvolvimento, aprendizagem, das necessidades específicas e educacionais de crianças com deficiência visual, o que contribui muitas vezes para exclusão escolar dessa clientela.

Torna-se, então, fundamental um diagnóstico educacional compreensivo, que busque investigar todas as ajudas possíveis para a melhoria da resolução visual, do processo de interação, comunicação, incidência e qualidade de vida desses educandos. A falta de uma avaliação educacional com finalidade formativa constitui-se em grande obstáculo e barreira para o avanço no processo de aprendizagem, escolarização e inclusão de alunos com baixa visão em nosso meio.

Para algumas teorias, como a de Vygotsky (1987), os fatores ambientais e, dentro desses, os sociais e culturais, condensados na função da linguagem, são fundamentais nos processos de desenvolvimento e aprendizagem, pois o homem é capaz de aprender com o outro por meio da linguagem que organiza e dá sentido à experiência humana compartilhada.

Nesta pesquisa, com vista na perspectiva da educação a inclusão escolar de alunos com baixa visão no ensino infantil, procuramos entender como está o processo de ensino e aprendizagem dos alunos com Necessidade Educacionais Especiais inclusive a baixa visão na escola infantil do município de Cruzeiro do Sul, compreendendo a realidade dentro da sala de aula no seu fazer educativo, assim como a formação dos professores que trabalham com esses alunos.

Acreditamos que estes conhecimentos são fundamentais para pensar em políticas públicas que vislumbrem um olhar mais atento a educação inclusiva no ensino infantil, que busquem uma realidade que proporcione cidadania e dignidade desses docentes e discentes no processo de educação infantil, certamente conduz a questionar cada vez mais se os direitos constitucionais preservados legalmente, de uma educação de todos e para todos, estão sendo contemplados.

Neste projeto, procuramos mostrar a importância da educação inclusiva de alunos com necessidades especiais em específico a baixa visão, procuramos não apenas saber como está o processo de ensino aprendizagem desses alunos, mas, conhecer especialmente a realidade dentro da sala de aula no seu fazer educativo, assim como a formação dos professores que trabalham com esse discentes. Desta forma o presente estudo teve como objetivo investigar os processos de inclusão de alunos com baixa visão no ensino infantil e observar como a escola está preparada e organizada para receber o aluno para uma verdadeira inclusão desses discentes.

Para um melhor embasamento nesta pesquisa foram estudados alguns tópicos na fundamentação teórica que foram divididos em: 2.1- O que é baixa visão; 2.2- O que pode causar baixa visão; 2.3- A Inclusão Escolar no Brasil: O que é e sua História; 2.4- A Educação inclusiva para alunos com baixa visão; 2.5- A Formação profissional dos docentes para educação inclusiva. Para melhor embasamento nesta pesquisa alguns autores como Mittler, Declaração de Salamanca, Figueiredo e Campos entre outros foram essenciais para nortear o presente trabalho.

Enfim, esta pesquisa justifica-se pela perspectiva de uma visão, mas ampliada em torno da realidade dessa parcela de pessoas menos favorecidas por serem possuidores de alguma condição biológica em específico a baixa visão, que lhes dificultem a convivência nos padrões sociais, a verificar a qualidade do ensino aplicado ao deficiente com baixa visão, incluídos no ensino regular. Para alcançar o objetivo foi utilizada a técnica de pesquisa com base em observação e entrevista.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Esta pesquisa pretende observar o processo de desenvolvimento e aprendizagem dos alunos com baixa visão, a sócio interação, a modificação do meio e o uso de instrumentos específicos como mediadores no processo de desenvolvimento e construção do conhecimento das crianças no ensino infantil. Para entender melhor a temática, o estudo baseou-se em alguns conceitos de temas fundamentais para a compreensão do assunto, desta maneira os tópicos foram subdivididos em: O que é baixa visão; O que pode causar baixa visão; A inclusão escolar no Brasil: O que é e sua história; a educação inclusiva para alunos com baixa visão e a formação profissional dos docentes para educação inclusiva.

2.1. O que é baixa visão.

A acuidade visual das pessoas com baixa visão é muito variável; mas, em geral, baixa visão é definida como uma condição na qual a visão da pessoa não pode ser totalmente corrigida por óculos, interferindo com as atividades diárias, assim como a leitura e a condução. Baixa visão é mais comum entre os idosos, mas pode ocorrer em pessoas de qualquer idade, como resultado de condições tais como degeneração macular, glaucoma, retinopatia diabética, ou catarata. Cada uma destas condições causas diferentes tipos de efeitos na visão da pessoa.

No ano de 1992, em Bangkok – Tailândia a Organização Mundial de Saúde e Conselho Internacional de Educação de Deficientes Visuais (ICEVI) reuniram-se para discutir o atendimento das crianças com baixa visão no mundo. Elaboraram uma nova definição clínico funcional, tendo em vista que o desempenho visual é mais um processo funcional do que simples expressão numérica da acuidade visual. Diante disto, foi proposta a seguinte definição: Baixa Visão segundo o Conselho Internacional de Educação de Deficiência Visual - Organização Mundial de Saúde (OMS) é o comprometimento do funcionamento visual em ambos os olhos, mesmo após tratamento e ou correção de erros refracionais comuns.

No Brasil, o número de pessoas com deficiência é pouco conhecido, no caso de pessoas com baixa visão há uma dificuldade enorme em sua identificação e

compreensão da deficiência pela sociedade. Isso porque a baixa visão nem sempre é visível ou perceptível à primeira vista pelas pessoas. Muitas não usam quaisquer recursos como óculos ou bengalas e não são percebidas com facilidade. A maioria das vezes são identificadas na escola, pois nem seus familiares conseguem identificar a sua deficiência. Cada pessoa com baixa visão tem suas próprias características, sendo difícil definir um padrão de tamanho de fonte que as pessoas consigam ler, as cores e contrastes mais adequados, a distância que identificam pessoas e objetos, a iluminação ideal, entre outras características importantes no seu dia a dia.

A questão da baixa visão passou então a se constituir como primordial, principalmente para os oftalmologistas e educadores. Há muitas razões que justificam essas preocupações.

- O uso de qualquer resíduo visual poderá ajudar as pessoas com baixa visão na realização de inúmeras tarefas, tais como:

- Constituição e organização do espaço, uma das grandes dificuldades enfrentadas por aqueles que não enxergam é construir a noção de espaço e sua relação com ele.
- Na coordenação dos movimentos.
- Na mobilidade e locomoção.
- No contato e relação com o ambiente para a criança com baixa visão, seja qual for a percepção visual, fica mais fácil identificar prontamente as dimensões e características gerais de um ambiente e verificar a presença ou ausência de alguém.

Portanto, qualquer generalização no caso dos indivíduos com baixa visão arriscada, nada mais indicada do que os educadores conhecer e procurar entender cada caso e suas necessidades específicas. A falta de informação sobre baixa visão ainda é uma das principais barreiras sociais enfrentadas. Por isso, curso de especialização é necessário para os educadores e a sociedade sendo que a colaboração de todos na divulgação desse conhecimento é fundamental.

2.2 O que pode causar baixa visão

Degeneração macular

A mácula é perto do centro da retina, que é a área na parte posterior do olho. O processo de envelhecimento e o desgaste dos tecidos da mácula causa a forma mais comum de degeneração macular, a degeneração macular "seca". O resultado é uma perda gradual da visão.

A degeneração macular "seca" ocorre quando os vasos sanguíneos anormais na parte posterior do olho começam a vaziar sangue e fluidos com o característico borrão na parte central da visão, muitas vezes resultando em rápida perda de visão. Em ambos os casos, a região central da visão é a mais afetada, o que torna difícil ver objetos que a pessoa esteja olhando diretamente. As imagens abaixo são uma simulação do efeito de degeneração macular. O texto pode aparecer quebrado e pouco clareza.

Glaucoma

Glaucoma é causado por um aumento da pressão dentro do olho, o que provoca danos no nervo óptico. O resultado final é muitas vezes o oposto do efeito de degeneração macular: a perda da visão periférica e uma área central de visão borrada. Ele pode ser particularmente difícil para ler textos porque parece desbotada, bem como borrada. Algumas pessoas têm comparação dos efeitos do glaucoma a olhar para tudo através de um vidro embaçado.

Retinopatia diabética

Um dos efeitos a longo prazo da diabetes pode ser a fuga dos vasos sanguíneos da retina, causando manchas escuras no campo de visão onde ocorrem os vazamentos. O texto pode aparecer borradas ou distorcidas nessas regiões.

Catarata

Indivíduos com catarata têm áreas de opacidade na lente de seus olhos o que resulta em um efeito turva ou vago, especialmente na luz brilhante. O texto pode aparecer desbotado em segundo plano. Alto contraste é especialmente importante para as pessoas com catarata avançada.

2.3. Inclusão Escolar no Brasil: O que é e sua História

Vivemos em um momento de globalização, que tem como uma de suas finalidades a inclusão de todas as raças e etnias, pois a sociedade tem que se conscientizar e refletir sobre a inclusão escolar cuja a escola se mostra como um importante espaço de inclusão social.

Nesse contexto, falar de inclusão nos remete ao processo de inclusão escolar. Segundo Mantoam (2003), “a inclusão é a capacidade de entender e reconhecer o outro e, assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes de nós”. De acordo com a autora é importante que todas as pessoas possam respeitar o outro, sem distinção de raça, classe social e a deficiência, pois todos têm o mesmo direito na sociedade atual.

A educação inclusiva, considerada como um requisito fundamental de uma sociedade democrática, é um tema que vem sendo negociado pelos profissionais envolvidos com a construção de uma educação de qualidade, sejam eles professores em classes e escolas inclusivas, formadores ou responsáveis pela elaboração e atualização das políticas públicas. Embora ainda carregada de ambiguidades conceituais e divergências entre especialistas e educadores, especialmente quanto aos seus aspectos teórico-práticos, tem-se observado um expressivo incremento de estudos e publicações sobre o tema da inclusão.

A Educação Inclusiva vem a ocorrer no sistema educacional brasileiro somente no final dos anos cinquenta e início da década de sessenta do século XX. Portanto, até 1950 havia quarenta estabelecimentos de ensino regular mantidos pelo poder público que prestavam algum tipo de atendimento escolar especial aos deficientes, mas não era suficiente para atender a parcela de estudantes com necessidade educacionais especiais.

Nesse contexto, ao final do século XX, surgiram movimentos sociais, políticos e educacionais com propostas de aprofundamento nas discussões acerca dessa problemática, surgindo assim reflexões sobre as práticas educacionais e um enfoque maior foi dado a educação especial no Brasil. O Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação Especial explica que:

O movimento mundial pela educação inclusiva é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando sem nenhum tipo de discriminação. A educação inclusiva constitui o paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola (MEC/SEESP, 2007).

Para termos uma educação de qualidade para todos as atribuições das instituições de ensino não consiste somente na aceitação das pessoas com necessidades especiais como também na valorização das diferenças, sendo que toda sala de aula deve ser inclusiva e oferecer condições para que todos os alunos possam evoluir, adequando o conteúdo de acordo com cada aluno, onde o professor deverá levar em consideração individualidades de cada sujeito, sem discriminação. Conforme explicita a Declaração de Salamanca (1994, p.6):

[...] as escolas se devem ajustar a todas as crianças, independente das suas condições físicas, sociais, linguísticas ou outras. Neste conceito, terão de incluir-se crianças com deficiência ou superdotadas, crianças da rua e trabalham, crianças de populações remotas ou nômades, crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de áreas ou grupos desfavorecidos ou marginais.

No entanto, não é difícil perceber que a lei não vigora em todas as instituições de ensino. A Inclusão Escolar no Brasil passou por grandes desafios e no ano de 1996 trouxe um marco importante para a educação brasileira com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN 9.394/96. Entre outras disposições, destaca-se nesta lei o enfoque até então não claramente mencionado para a Educação Especial. A partir de então, uma série de outros documentos passaram a ser divulgados pelo Governo Federal no intuito de normatizar a Educação Inclusiva no Brasil.

Dentre as reuniões internacionais que se propuseram a discutir os direitos à educação, destaca-se a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, em Salamanca, na Espanha, no ano de 1994. No documento elaborado pelos delegados desse encontro lê-se:

Reafirmamos o nosso compromisso para com a Educação para Todos, reconhecendo a necessidade e urgência de providenciar educação para as crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais dentro do sistema regular de ensino (UNESCO, 1994).

Percebe-se que a partir da Declaração de Salamanca, que é um documento resultante da “Conferência Mundial de Educação Especial, representando 88 governos e 25 organizações internacionais em assembleia acontecida em Salamanca, Espanha, entre 7 a 10 de junho de 1994”, até os dias atuais os avanços sociais, pedagógicos e tecnológicos, por uma sociedade inclusiva no Brasil, vêm sendo mais valorizada, contando com salas de recursos, atendimentos diferenciados, métodos tecnológicos como computadores adaptados, sistema em Braille, programas e aplicativos, dentre outros diversos modelos tecnológicos e inclusão social. Sabe-se que a partir dessa ação, houve um avanço significativo nos diversos setores da sociedade em relação a inclusão dessas pessoas que muito necessitam do apoio de todos.

Lopes (2009) destaca que a inclusão é uma prática política de governamental. No que se refere à inclusão escolar, a autora afirma que “a educação, em seu sentido mais amplo, passa a ser uma condição para que pessoas possam operar com a lógica da inclusão em todas as suas ações” (p.154). E estende sua explicação, apresentando o argumento de que a inclusão se constitui em um “conjunto de práticas que subjetivam os indivíduos de forma que eles passem a olhar para si e para o outro, sem necessariamente ter como referência fronteiras que determinam o lugar do normal e do anormal, do incluído e do excluído”.

É importante destacar que a necessidade de constituir uma escola em que a prática pedagógica seja estruturada de modo a contemplar as necessidades de todos, de forma igualitária, foi discutida e assumida a partir de documentos legais nacionais e internacionais, como a Constituição Federal de 1998 (BRASIL, 1988).

2.4. Educação Inclusiva para Alunos com Baixa Visão.

Este estudo concebe o desenvolvimento, a aprendizagem e a construção do conhecimento dos alunos com baixa visão como processo, isto significa que a avaliação educacional envolve múltiplas dimensões como físicas, intelectual, afetiva e cognitiva. Apesar dos avanços conceituais propostos pelas Diretrizes Nacionais para a Educação

Especial a Educação Básica (BRASIL, 2002), as quais recomendam o atendimento educacional de crianças com deficiência acentuadas no ensino regular, com propostas pedagógicas que enfatize as possibilidades e as necessidades especiais.

Na década de 60 foram criados os seguintes serviços como: O itinerante, as classes de braile e as de conservação de vista para amblíopes, em parceria com a Secretaria de Educação de São Paulo e Fundação para o Livro do Cego, capacitando professores para o atendimento de alunos no ensino regular. Cabe esclarecer que o nome das classes refletia o conhecimento científico da época, ou seja, o aluno com baixa visão não poderia “gastar” a visão residual, deveria poupá-la. Mas com o desenvolvimento científico e tecnológico da década de 70, os alunos com baixa visão começaram a ser diagnosticados e orientados quanto ao desenvolvimento da eficiência visual pelo uso e função da visão.

Entretanto, na prática, o enfoque da integração do aluno com deficiência visual teve-se limitado muitas vezes aos componentes físicos e temporais, com o significado de incluir o aluno na classe, simplesmente, objetivando a integração e a participação social. Muitas são as dificuldades e barreiras que as crianças com baixa visão encontram na escola, por isso nem todas vão à escola por não ter a acessibilidade. Figueiredo (2009, p.121) afirma que a educação infantil é a porta de entrada para inclusão escolar, sendo “este nível de ensino marca do pelo desenvolvimento das aquisições linguísticas, atitudinais, afetivas, sociais e psicomotoras, em que as crianças interagem com muito mais liberdade”.

O ambiente escolar é para, qualquer criança, o espaço de interação de uns com os outros. É nesse espaço que vemos estabelecer a comunicação e sentir a necessidade de se locomover. O aprendizado de habilidades ganha muito mais sentido quando a criança está imersa em um ambiente compartilhado que permite o convívio e a participação da criança. A inclusão escolar é a oportunidade para que de fato a criança com deficiência não esteja realizando atividades sem sentido.

No decorrer destes anos verifica-se a necessidade de capacitação dos professores para trabalhar com educação inclusiva, tendo em vista que uma proposta de educação em que a as crianças desenvolvam, construam, adquiram conhecimentos e se tornem autônomas e cooperativas implica pensar a formação permanente dos profissionais que nela atuam.

Confirma-se que a primeira infância das crianças exige carinho e cuidado. Mas para que a pessoa humana realize plenamente seu potencial, deve haver também, desde o nascimento, um processo educativo que ajude a construir suas estruturas afetivas, sociais e cognitivas, independentemente de suas diferenças. Daí a necessidade de engajamento dos profissionais de educação e de saúde e fundamentalmente da família, que é o alicerce de todo o processo de inclusão.

O professor, ao receber um aluno com baixa visão, deve ter conhecimentos técnicos da deficiência, suas especificidades do que é possível ou não biologicamente e a partir desses conhecimentos o educador terá condições para delinear suas propostas de forma que estes educandos sejam capazes de aprender e se desenvolver.

Este direito vem sendo garantido aos portadores de deficiência visual desde 1854, ao ser criado o primeiro instituto de cegos, chamado Imperial Instituto dos Meninos Cegos, hoje denominado Instituto Benjamin Constant (Decreto 428/1854). Com a legislação inclusiva (BRASIL, 1988, 1994, 1996, 1999, 2001), a instituição reformulou suas metas não mais visando o cuidado centralizado, mas objetivando a cooperação para a efetivação inclusiva do âmbito social.

A inclusão da criança na educação infantil com baixa visão é uma tarefa complexa, mas não impossível. No Brasil, na última década, os conceitos de educação infantil e de atendimento educacional especializado modificaram-se substancialmente, entretanto, a necessidade específica e educacionais das crianças com baixa visão ainda não são tão compreendidas, o que tem dificultado a educação dessas crianças no sistema de ensino regular.

A baixa visão restringe o rol de informações que o aluno precisa saber na construção do seu conhecimento. Campos (2007, p. 18) afirma:

Conhecer o desenvolvimento global do aluno, o diagnóstico, a avaliação funcional da visão, o contexto familiar e social, bem como as alternativas e os recursos disponíveis, facilitam o planejamento de atividades e a organização do trabalho pedagógico.

Portanto é importante que o aluno com baixa visão participe de todas as atividades realizadas em sala de aula, com diferentes recursos de acessibilidade que eles possam desenvolver sua criatividade, e não passem pelo constrangimento de sentissem excluídos no âmbito escolar por falta de recursos estruturais e didáticos e também por

falta de profissionais especializados para trabalhar de maneira estratégica que possa inseri-los de maneira natural nas atividades desenvolvidas.

Contudo, vale ressaltar que a negligência não é dos professores regentes, pois muitos não tem a capacitação necessária para executar as atividades com os alunos de baixa visão principalmente na educação infantil, o que realmente necessita é a presença de um atendente pessoal e um professor especializado na área de educação inclusiva que tenham feitos cursos de especialização em baixa visão que possa auxiliar tanto o educador como o educando nas atividades em sala, para que assim as dificuldades sejam enfrentadas e superadas, e o espaço da sala de aula torne-se mais produtivo e prazeroso para ambas as partes.

Sendo que a inclusão de alunos com deficiência no sistema regular de ensino está baseada nessa perspectiva de educação para todos. A formação dos professores nessa área é essencial para que a inclusão seja efetuada. É necessário garantir que, no contexto dos programas de formação de professores, tanto a nível inicial como em serviço, incluam as respostas às necessidades educacionais especiais nas escolas.

2.5. Formação profissional dos docentes para educação inclusiva

Não é tarefa fácil trabalhar com inclusão na Diversidade, pois cabe aos nossos governantes oferecer mais cursos de qualificação nas escolas e nas universidades, pois é difícil perceber que nos cursos de formação dos professores há escassez de conteúdo e, das disciplinas, bem como habilitações que possam contribuir com os docentes em sua formação. Nesse sentido, quando os docentes recém-formados saem das universidades, vão se deparar, com uma realidade que está muito presente, na sociedade o processo de inclusão escolar. Sobre isso Vitalino (2007, p.400) nos leva a refletir que,

A inclusão dos estudantes com necessidades educacionais especiais (NEE), nos diversos níveis de ensino, depende de inúmeros fatores, especialmente, da capacidade de seus professores de promover sua aprendizagem e participação. (...) Ao examinarmos essas análises, notamos que nas universidades os professores que atuam nos cursos de formação de professores, os denominados de licenciatura, também não estão preparados.

Acreditamos que a inclusão vem provocando alguns conflitos entre gestores educacionais, administradores públicos e corpo docente, pois nem todos os docentes tem alguma qualificação de como trabalhar com alunos com deficiência, sendo que instituições educacionais públicas ou privadas devem receber alunos com deficiência, porém, muitas vezes os docentes de determinadas instituições não têm a devida preparação para lidar com esses alunos, ou ainda com suas necessidades.

De acordo com a Lei de Diretrizes da Educação Nacional (LDB), no 9.394/96 (Brasil, 1996), no capítulo III, art.4º, inciso III, é dever do Estado garantir o “atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino”, isto mostra que seja qual for o governo ele tem a responsabilidade com a educação inclusiva.

Nesse sentido, é dever da escola oferecer um ensino de melhor qualidade aos alunos com deficiência, e que o docente sempre esteja se especializando para atender o aluno com deficiência. Isso não é uma missão muito simples, pois requer tempo, mudança de comportamento, dedicação e investimento, e, para isso cada parte envolvida no processo de ensino e aprendizagem precisaria assumir suas responsabilidades de forma veemente, mas infelizmente sabemos que isso nem sempre acontece da maneira que a situação exige. Nesse sentido, Silvia e Retondo (2008, p. 28) dizem que,

de um lado, os professores do ensino regular não possui preparo mínimo para trabalhar com crianças que apresentem deficiência evidentes e , por outro, grande parte dos professores do ensino especial tem muito pouco a contribuir com o trabalho pedagógico desenvolvido no ensino regular, na medida em que tem calcado e construído sua competência nas dificuldades específicas do alunado que atendem.

Para que os professores superem essas dificuldades e possam oferecer, atender, ensinar em relação ao aluno com deficiência em sala de aula, os docentes precisam de uma formação profissional que tenham conhecimento e experiência sobre a educação inclusiva que os auxiliam no trabalho com alunos com deficiência no ensino infantil e regular.

É preciso também que o profissional tenha disponibilidade e boa vontade de se reciclar e desenvolver novas habilidades que lhe possibilitarão ter um maior

envolvimento no tema em questão, pois só a partir de uma boa formação e de um envolvimento comprometido é possível descobrir as diversas maneiras de trabalhar com pessoas que tenham necessidades especiais, sem ter sobre as mesmas um olhar exclusivo, mas sim perceber que as deficiências são apenas algumas diferenças que podem ser facilmente superadas se houver compromissos de todos envolvidos no processo de ensino aprendizagem.

É preciso, sobretudo reconhecer que para a necessidade de aprender com o outro e não se fechar em torno do próprio conhecimento achando-se pronto e suficiente para desenvolver suas habilidades para as quais foi formado, faz-se necessário uma constante troca de informações e de novas aprendizagens. Sobre isso vejamos o que diz Moita (1992, p. 115):

Ninguém se forma no vazio. Forma-se supõe troca, experiência, interação sociais, aprendizagem, um sem fim de relações. Ter acesso ao modo como cada pessoa se forma é ter em conta a singularidade de sua história e, sobretudo, ou modo singular como age, reage no seu contexto. Um percurso de vida é assim um percurso de formação no sentido em que um processo de formação.

A necessidade de formação de professores é muito importante, pois a partir disso terá uma maior atenção no ambiente da sala de aula para atender de maneira eficiente a educação inclusiva. Sabemos que isso não é algo que vai ocorrer de forma repentina, uma vez que, isso vai de forma contrária a um estilo de trabalho desenvolvido durante anos de docência, e que as adequações têm que ir sendo moldadas de maneira criteriosas, sem provocar no profissional um impacto negativo que se torne algo prejudicial para ambas as partes.

Um ponto questionado pelos docentes é a presença de alunos com deficiência na sala de aula sem um tutor qualificado para auxiliá-lo, torna-se quase irrisório, porque o professor regente não poderá dar-lhe a devida atenção, uma vez que, tem um grande número de alunos na sala que também precisam ser assistidos e seriam prejudicados se o professor tivesse que quebrar seu roteiro das aulas para fazer um acompanhamento correto que o aluno incluso necessita. Alguém sairia prejudicado na aprendizagem, por isso que é indispensável um acompanhamento de profissional habilitado para atender as

necessidades do deficiente, e se possível também seria interessante que o tutor tivesse um bom nível de conhecimentos em todas as dimensões, para que assim pudesse transmitir as informações de forma qualitativa.

3. OBJETIVOS

3.1. Objetivo Geral

- *Investigar os processos de inclusão de alunos com baixa visão no ensino infantil
- *Observar como a escola está preparada e organizada para uma verdadeira inclusão dos alunos com baixa visão.

3.2. Objetivos Específicos

- * Conhecer sobre a realidade da escola e das crianças com Baixa Visão, suas dificuldades e superação dentro do âmbito escolar.
- * Investigar e avaliar as metodologias utilizadas para adaptação e inclusão dos alunos com Baixa Visão no ensino infantil.
- * Identificar quais dificuldades são encontradas pelos professores na realização das atividades.
- * Analisar a inclusão dos alunos com baixa visão na escola de ensino infantil.

4. METODOLOGIA

4.1. Fundamentação Teórica da Metodologia

A finalidade desta pesquisa foi observar o desenvolvimento e compreender como as crianças com baixa visão constroem o real, verificar quais os perfis de aprendizagem, dificuldades, possibilidades e necessidades relativas aos aspectos de comunicação, compreensão e participação nas atividades pedagógicas e no dia a dia. Para tanto a opção foi pela pesquisa qualitativa que visa responder questões muito particulares enfocando apenas na realidade dos pesquisados, e tem como suporte o aluno com baixa visão, o professor regente e o professor de atendimento especial.

Pesquisar é questionar, é perguntar. Segundo Trujillo Ferrari (1982, p.168), destina-se a duas finalidades mais amplas que a simples procura de respostas. A opção pela pesquisa qualitativa dar-se pelo fato de que esse tipo de investigação está direcionado fundamentalmente para a descoberta. A abordagem qualitativa parte de um processo de reflexão e análise da realidade, através da utilização de métodos que favoreçam a compreensão detalhada do assunto em estudo.

A busca de informações sobre o processo de inclusão de aluno com baixa visão será feita através de entrevista qualitativa e semiestruturada. Para Manzini (1982, p.168), a entrevista semiestruturada está focalizada em um assunto sobre o qual confeccionamos um roteiro com perguntas principais, complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas a entrevista.

4.2. Contexto da Pesquisa

A pesquisa foi realizada em uma escola infantil municipal de Cruzeiro do Sul, que atende a alunos com Baixa Visão. A mesma atende um público de crianças entre 3 a 5 anos, nos turnos manhã e tarde, existem cerca de 240 alunos, sendo este público bem diversificado. Destes, há 08 alunos são diagnosticados com necessidades especiais e, dentre estes, 04 alunos com baixa visão, 01 com deficiências múltiplas, 01 com deficiência auditiva, 01 com deficiência física e 01 com autismo, que estudam na escola desde os 3 anos de idade.

Para auxiliar no processo de ensino aprendizagem dos alunos, a escola tem a sala de recursos com vários materiais didáticos e pedagógicos, para dar suporte a um melhor ensino aprendizagem por parte dos alunos com necessidades especiais, há também a professora de AEE e atendentes pessoais.

Sendo a inclusão de crianças no Ensino Infantil uma das preocupações constante da atualidade, procurei situar minha pesquisa no aspecto da inclusão de alunos com baixa visão no Ensino Infantil, investigando como acontece o processo de ensino aprendizagem destes educandos na Escola de Ensino Infantil.

4.3. Participantes

Os sujeitos desta pesquisa foram a professora de atendimento educacional especializado (Fernanda Souza), a professora regente (Maria do Socorro). Todos os nomes citados são fictícios.

A professora regente pesquisada neste trabalho possui uma experiência profissional de mais de 08 anos de docência no ensino infantil, é graduada em pedagogia e pós-graduada em coordenação, mas não possui formação específica para trabalhar com crianças especiais, a mesma não tem nenhuma experiência para trabalhar com a criança com baixa visão.

Em relação a professora de atendimento educacional especializado é o primeiro ano de experiência, e é formada em língua portuguesa e não possui formação específica para exercício de suas funções, neste ano que está realizando alguns cursos voltado ao atendimento educacional especializado.

A escolha dos participantes deu-se pelo seguinte motivo: da professora regente a de educação especial e da aluna com baixa visão estarem na mesma escola e pela pesquisadora conhecer a escola e as participantes.

4.4. Materiais

Os materiais utilizados no decorrer da pesquisa foram: celular, papel, caneta, computador, impressora e etc., esses materiais foram necessários para o levantamento de dados referentes a inclusão desta aluna com baixa visão no ensino infantil.

4.5- Instrumentos de Construção de Dados

Para a realização da pesquisa, fizemos entrevista qualitativa e semiestruturada diretamente com as professoras e observação na sala de aula e fora.

A entrevista foi composta por perguntas abertas direcionadas para as professoras. Foram utilizados como instrumentos de construção de dados: roteiros de entrevistas, com 08 perguntas para professora regente e 06 perguntas para a professora de Atendimento Educacional Especializado no qual abordamos perguntas relacionadas a interação da aluna com baixa visão na escola, aprendizagem da criança com baixa visão, suas dificuldades e facilidades e o conhecimento das professoras sobre a inclusão e a baixa visão (Anexo A e B), além de protocolos de observação no qual foi observado o processo de ensino aprendizagem na sala de aula e a interação da aluna com baixa visão com os colegas e professores.

4.6- Procedimentos de Construção de Dados

Para a construção das informações da pesquisa, primeiramente a pesquisadora conversou com a equipe gestora da escola e depois com a professora regente e a de atendimento educacional especializado explicando o estudo.

Em seguida, a pesquisadora entrevistou as professoras, regente e de Atendimento Educacional Especializado, individualmente, na escola, mais especificamente, na sala de aula, com duração de aproximadamente 30 minutos.

Realizamos uma observação na sala de aula e duas fora na hora do intervalo, com o intuito de analisar como se dá a inclusão do aluno dentro e fora da sala, e observar a interação do aluno com os professores e demais colegas. Foi feita a observação em sala de aula e a professora estava trabalhando com contos infantis enfatizando os títulos, mostrando a capa de alguns livros de contos. A aluna sentou-se na rodinha junto com as outras crianças, mas bem próximo da professora regente. A aluna presta atenção nas atividades feita pela professora, mas muitas vezes tem dificuldade de entender o que está escrito, pois não usa óculos e todas as letras tem que ser ampliadas e a professora não consegue dar à atenção devida, quanto a interação a aluna se interage muito bem com a professora e com os colegas.

A observação fora da sala de aula foi durante o intervalo, a aluna interage muito bem com os colegas, no entanto muitas vezes não consegue brincar com os demais colegas, pois tem dificuldade de correr, pular e se locomover rapidamente precisando de ajuda dos colegas, mas participa das demais brincadeiras.

4.7- Procedimentos de Análise de Dados

Para a análise de dados realizamos a análise interpretativa de conteúdo, em que as entrevistas foram lidas e relidas várias vezes para a identificação de categorias e seus significados, por meio da construção de um referencial de codificação, no qual definimos as seguintes categorias: A interação da aluna com baixa visão na escola, Aprendizagem da criança com baixa visão, suas dificuldades e facilidades e o Conhecimento da professora sobre a inclusão e a baixa visão.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados da pesquisa sugerem algumas interpretações e conclusões que podem servir de reflexão e fornecer subsídios para o processo de Inclusão dos alunos com baixa visão no Ensino infantil. Objetiva-se a organizar, apresentar, analisar e compreender os dados obtidos nesta pesquisa. As questões a seguir enfatizam de maneira sistemática a realidade da professora regente e de atendimento educacional especializado ao trabalhar com uma criança com Baixa Visão.

5.1- A Interação da Aluna com Baixa Visão na Escola.

De acordo com a professora regente, *a aluna com baixa visão se relaciona muito bem com os colegas e com os demais professores, e acredita que não há preconceito entre os mesmos*, a professora relata que a aluna conversa e se interage muito bem com os demais através das atividades e brincadeiras.

Há interação da aluna com baixa visão com os demais colegas?

A professora regente relata que *a aluna conversa e se interage muito bem com os demais e que as outras crianças são bem receptivas e não existe nenhum tipo de preconceito por parte das mesmas*.

5.2- Aprendizagem da criança com baixa visão, suas dificuldades e facilidades.

A professora regente e a de atendimento educacional especializado relatam através de algumas perguntas, *processo de aprendizagem da aluna com baixa visão na sala de aula e na escola*.

A aluna com baixa visão participa das atividades? Que dificuldade e facilidades a discente enfrenta no processo de aprendizagem?

A professora regente e a professora de atendimento educacional especializado ressaltaram que *a discente participa das atividades e apesar das dificuldades conclui as atividades de acordo com as suas habilidades, mas na maioria das vezes só consegue concluir as atividades com acompanhamento e orientação, precisando de muita atenção por parte das mesmas*. Quanto às facilidades ditas pela professora foram relacionadas com a presença da professora de atendimento educacional especializado, que dá um pouco de suporte para as crianças mais ainda muito vazias, faltando levar para

sala de aula o conhecimento que a mesma recebe nos cursos e assim ajudar os docentes com atividades mais adequadas. Outro ponto interessante é o bom relacionamento com os colegas.

Que dificuldades e facilidades as professoras enfrentam no processo de ensinar?

A professora de atendimento especializado enfatiza que a dificuldade *é a falta de óculos da criança e as facilidades é que tem material adaptado na sala de atendimento conforme a necessidade da criança*. Já professora regente ressaltou algumas dificuldades, como *o excesso de alunos na turma, superlotada, necessitando de uma redução da turma, a falta de orientação de como adaptar as atividades e até mesmo a sala de aula e de como usar os recursos que tem na escola e a facilidade é que tem um pouco de orientação da professora de atendimento mais ainda muito vazio, faltando levar para dentro da sala de aula os conhecimentos recebidos nos cursos*. Sabemos que tudo isso compromete o processo de ensino aprendizagem destes alunos, sendo as informações necessárias para facilitar o aprendizado e melhorar seu desempenho escolar.

É utilizado algum tipo de recurso didático para atender e facilitar o aprendizado da aluna com baixa visão? Quais são utilizados?

De acordo com a professora regente na sala de aula *nenhum recurso é utilizado, pois não tem nenhuma orientação*. Já a professora de atendimento educacional especializado diz que *é utilizada alguns jogos ampliados relacionados aos assuntos em estudo, como também lápis apropriado, lupa, materiais concretos e lúdicos para facilitar a aprendizagem da aluna tudo adaptado para facilita o seu entendimento e aprimorar seu ensino aprendizagem*.

Como é feita a avaliação para aluna com baixa visão?

Em relação a avaliação a professora regente aborda que *são realizada de forma escrita, da mesma maneira dos demais discentes*, sendo que na educação infantil a avaliação é feita apenas uma ficha para a criança escrever e ler e observar a hipótese da criança sendo assim a professora devem analisar os domínios de conhecimento da aluna de acordo com seu processo de aprendizagem, bem como elaborar atividades, criar ou adaptar materiais de acordo com a necessidade da aluna. A professora regente enfatiza

que amplia as atividades, os desenhos e as letras para facilitar a compreensão atividade propostas.

Está a escola do ensino infantil preparada para receber as crianças com necessidades especiais? Em específico crianças com baixa visão?

De acordo com a professora regente e a professora de educação especial *a escola não está totalmente preparada, principalmente nas salas de aula em questão de materiais para trabalhar e das orientações dadas para as professoras e os demais funcionários que ainda são vagas.*

Com todas essas dificuldades a escola deve analisar os expressivos progressos tecnológicos direcionados as pessoas com baixa visão e os programas educacionais especializados bem como incorporar as descobertas sobre sua aprendizagem. (BRASILIA, 2006, p .9), diz que a instituição escolar deve:

Promover a inclusão educacional das pessoas com deficiência visual, contribuindo para a sua inclusão social. Sistematizar as ações administrativo-pedagógicas necessárias ao atendimento educacional das pessoas com deficiência visual. Orientar quanto ao uso de equipamentos e recursos materiais específicos para a educação das pessoas com deficiência visual. Estabelecer parcerias para as atividades pedagógicas adaptadas para educação das pessoas com deficiência visual.

5.3- Conhecimento das Professoras sobre a Inclusão e a Baixa Visão.

Precisa-se acreditar que a inclusão pode ser um processo de transformação, rompendo com os padrões conservadores da sociedade. Quando questionadas as docentes sobre se estão preparadas para atender crianças com deficiência e com baixa visão disseram não ter experiência e falta conhecimento sobre as deficiências e principalmente a deficiência da aluna, dificultando na hora de executar as atividades.

Estão os professores do ensino infantil que trabalha com discentes que apresentam necessidades especiais em específico a baixa visão preparados para atender as especificidades educativas desses alunos? Como você avalia?

Quando questionadas a professora regente sobre se está preparada para atender a criança com necessidade especial e com baixa *visão a mesma enfatizou não ter*

experiência e que falta conhecimento sobre as deficiências e principalmente sobre a baixa visão, dificultando na hora de executar as atividades. Já a professora de atendimento educacional especializado respondeu que em partes sim em outros não, pois algumas deficiências não têm curso de especialização para atender esses alunos, quanto a aluna com baixa visão ainda está participando de alguns cursos sendo que nunca havia trabalhado nesta área.

Os professores do ensino infantil recebem formação especializada para atender os alunos que apresentam necessidades educacionais especiais? Em específico a baixa visão?

A professora de atendimento educacional especializado *diz participar de cursos na área*, já a professora regente enfatiza que *não é oferecido nenhum curso de formação continuada para a mesma e que deveria ser oferecido pelos governantes para os docentes do ensino infantil*. Esta fala da professora vai de encontro à Política Nacional de Educação Especial Inclusiva que afirma ser dever dos governantes e da escola oferecer profissionais qualificados para um ensino de melhor qualidade para os portadores de deficiência, os professores devem sempre está se especializando e para que estas ações sejam realmente efetivadas, o Ministério da Educação criou “A Política Nacional de Educação Especial Inclusiva” (SEESP/MEC, p. 14).

Esta tem como objetivo o acesso a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência [...] nas escolas regulares, orientando os sistemas de ensino para promover respostas as necessidades educacionais especiais, garantindo: Transversalidades da educação especial desde a educação infantil até a educação superior; Atendimento educacional especializado; continuidade da escolarização nos níveis mais elevados do ensino; Formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão escolar; Participação da família e da comunidade, Acessibilidade urbanista, arquitetônica, nos mobiliários e equipamentos, nos transporte, na comunicação e informação; e Articulação intersetorial na implementação das políticas públicas.

Essas são garantias essenciais que podem facilitar a acessibilidade à inclusão dos alunos nas instituições de ensino, desde o ensino infantil até o ensino superior. Este pressuposto está condizente com a visão de Prieto e Mantoan (2006, p. 57): “a oferta de uma formação que possibilite aos professores analisar, acompanhar e contribuir para o apropriamento dos processos regulares de escolarização, no sentido de que possam dar conta das mais diversas diferenças existentes entre seus alunos”. Desta forma, percebemos uma discrepância do que é dito e do que é feito, em relação à formação continuada dos professores.

Portanto, é importante que os educadores e todos no ambiente escolar busquem alcançar essas metas, pois o fato de estarem prevista na lei não significa que serão cumpridas. Com essas metas cumpridas com certeza o docente terá mais facilidade em ensinar essas crianças. Os mesmos precisam de apoio para afrontar o desafio da escola inclusiva, que implica em mudanças em suas práticas pedagógicas, pois seu desempenho é primordial neste processo para que a inclusão tenha êxito de forma plena e satisfatória.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação inclusiva é direito de todos, sem nenhuma discriminação, em qualquer lugar na sociedade. Com base nos resultados obtidos sobre a inclusão escolar de alunos com baixa visão na escola de ensino infantil, foi possível compreender as principais dificuldades no processo de ensino aprendizagem do aluno com deficiência em especial a baixa visão e dos professores na educação infantil.

Quanto aos questionamentos feitos às professoras, podemos perceber que são muitos os desafios enfrentados tanto pelos docentes como pelos discentes. Isto porque a escola de ensino infantil não está totalmente preparada para atender essas crianças, pois ainda deixam muito a desejar.

Assim sendo é preciso habilitar os professores dando-lhes formação continuada, pois essa qualificação é muito importante e fundamental para o processo de ensino aprendizagem dos alunos com deficiência visual.

Desse modo, acreditamos nas melhorias nas escolas de ensino infantil para um ensino de qualidade principalmente para os alunos com deficiência, e curso de qualificação específica para os docentes para que os mesmos possam garantir um ensino de qualidade, pois sabemos que todos os discursos sobre a educação inclusiva estão voltados para a construção de uma sociedade sem preconceito, mas é preciso que se construa por meio de uma pedagogia da diferença, que assim se torne uma prática cultural capaz de superar obstáculos e as barreiras que separam as pessoas que tem deficiência para que as mesmas tenham seus direitos respeitados na sociedade em que vivemos.

De acordo com Silva (1996), nas escolas o professor torna-se o grande protagonista desse projeto, a inclusão, uma vez que é através de seu trabalho que serão disponibilizados aos alunos importantes instrumentos de reflexão. Portanto para termos uma educação de qualidade é preciso uma construção de uma escola inclusiva, para que todas as pessoas com deficiência tenham acesso à educação, e não sejam vistos como indivíduos incapazes de aprender.

A educação inclusiva é uma nova mudança no processo de ensino do aluno com deficiência no Ensino Infantil, não é só incluir o aluno na sala de aula é preciso fazê-lo se sentir parte dela. Segundo Mantoan (1997, p. 120),

a inclusão é um motivo para que a escola se modernize os professores aperfeiçoem suas práticas e, assim sendo, a inclusão escolar de pessoas deficientes torna-se uma consequência natural de todo um esforço de atualização e de reestruturação das condições atuais do ensino básico.

Essa pesquisa é muito importante, pois também contribuirá para que nós como professores encontremos novas estratégias metodológicas para trabalhar em sala de aula com os alunos com deficiência, ensinando os mesmos a enfrentarem os desafios que a vida lhe oferece. Para que assim sejam pessoas de bem e que sempre busque o melhor em suas vidas no mundo em que vivemos, sem preconceitos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Especial.

Lei Nº. 3.298 de 20 de dezembro de 1999. Brasília: MEC/SEE, 1999.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria 1679 de 03 de dezembro de 1999. Brasília: 1999..

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Decreto Nº 3.956, de 8 de outubro de 2001.

. FIGUEIREDO, R. VA educação infantil e a inclusão escolar. Heterogeneidade, cultura e educação. Revista Brasileira de Educação, Brasília: SEE, v.15, n.1, p.121-140, jan.-abr.2009

SASSAKI, K. R. Inclusão: Construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

GASPARETTO, M. E. R. F. A baixa visão e o sistema braile. In: SIMPÓSIO SOBRE O SISTEMA BRAILLE.

BRASIL. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial.

Programa de Capacitação de recursos Humanos do Ensino Fundamental: deficiência visual. vol.1

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Secretaria de Educação. MEC, 1996. FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2009.

LOPES, Maura Corcini. Inclusão como prática política de governamentalidade. Maura Corcini, HATTGE, Morgana Domênica (orgs.). Inclusão Escolar: conjunto de práticas que governam. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

FERREIRA, Windyz B. Educar na diversidade: práticas educacionais inclusivas na sala de aula regular. In: Ensaios Pedagógicos - Educação Inclusiva: direito à diversidade. Brasília: SEESP/MEC, 2006.

UNESCO. (1997). Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais (trad. Edilson Alkmim da Cunha). Brasília: CORDE.

BRASIL.MEC/SEESP. DECLARAÇÃO DE SALAMANCA – Sobre Princípios, Políticas e práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais.

CAMPOS, I. M. et al. Atendimento Educacional especializado: Deficiência Visual. São Paulo: MEC/SEESP, 2007.

Referência Curricular Nacional para a Educação Infantil. Brasília: MEC/SEESP, 1998
Educação Infantil: Saberes e Práticas da inclusão: Dificuldade de Comunicação e Sinalização Deficiência Visual, 2ª edição, MEC. Brasília, 2008.

Educação Infantil: Saberes e Práticas da inclusão: Dificuldade de Comunicação e Sinalização: Deficiência Visual, 4ª edição, elaboração prof.^a Marilda Mores Garcia Bruno – consultora autônoma. _ Brasília, 2008.

APÊNDICES

Apêndice A – (Roteiro de entrevista para a professora regente)

- 1_ Há interação da aluna com baixa visão com os demais colegas?

- 2_ A aluna com baixa visão participa das atividades? Que dificuldade e facilidades a discente enfrenta no processo de aprendizagem?

- 3_ Que dificuldades e facilidades as professoras enfrentam no processo de ensinar?

- 4_ É utilizado algum tipo de recurso didático para atender e facilitar o aprendizado da aluna com baixa visão? Quais são utilizados?

- 5_ Como é feita a avaliação para aluna com baixa visão?

- 6_ Está a escola do ensino infantil preparada para receber as crianças com necessidades especiais? Em específico crianças com baixa visão?

- 7_ Estão os professores do ensino infantil que trabalha com discentes que apresentam necessidades especiais em específico a baixa visão preparados para atender as especificidades educativas desses alunos? Como você avalia?

- 8_ Os professores do ensino infantil recebem formação especializada para atender os alunos que apresentam necessidades educacionais especiais? Em específico a baixa visão?

Apêndice B – (Roteiro de entrevista para a professora de atendimento educacional especializado)

1_ Que dificuldades e facilidades as professoras enfrentam no processo de ensinar?

2_ A aluna com baixa visão participa das atividades? Que dificuldade e facilidades a discente enfrenta no processo de aprendizagem?

3_ É utilizado algum tipo de recurso didático para atender e facilitar o aprendizado da aluna com baixa visão? Quais são utilizados?

4_ Está a escola do ensino infantil preparada para receber as crianças com necessidades especiais? Em específico crianças com baixa visão?

5_ Estão os professores do ensino infantil que trabalha com discentes que apresentam necessidades especiais em específico a baixa visão preparados para atender as especificidades educativas desses alunos? Como você avalia?

6_ Os professores do ensino infantil recebem formação especializada para atender os alunos que apresentam necessidades educacionais especiais? Em específico a baixa visão?

Apêndice C – (coleta de dados através da observação)

Observação

Para a construção das informações será realizada observação dentro e fora da sala de aula e pesquisa para análise da dados e será feita de maneira descritiva.

A observação foi feita na sala de aula e fora na hora do intervalo, com o intuito de analisar como se dá a inclusão do aluno dentro e fora da sala, e observar a interação do aluno com os professores e demais colegas. Foi feita a observação em sala de aula e a professora estava trabalhando com contos infantis enfatizando os títulos, mostrando a capa de alguns livros de contos. A aluna sentou-se na rodinha junto com as outras crianças mas bem próximo da professora regente. A aluna presta atenção nas atividades feita pela professora, mas muitas vezes tem dificuldade de entender o que está escrito pois não usa óculos e todas as letras tem que ser ampliadas e muitas vezes a professora não consegue dar a atenção devida, quanto a interação a aluna se interage muito bem com a professora e com os colegas, a professora sempre que possível amplia ou contorna as atividades para a discente.

Durante o intervalo observei que a aluna se interage muito bem com os colegas, brincando com os demais, no entanto muitas vezes não consegue brincar com os demais colegas, pois tem dificuldade de correr, pular e se locomover rapidamente precisando de ajuda dos colegas e da professora mas sempre está envolvida nas demais brincadeiras, sendo que o recreio é direcionado na educação infantil.

ANEXOS



Universidade de Brasília – UnB
 Instituto de Psicologia – IP
 Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
 Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde PGPDS
 Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

Da: Universidade de Brasília– UnB/Universidade Aberta do Brasil – UAB

Polo: _____

Para: o(a): Ilmo(a). Sr(a). Diretor(a) _____

Instituição: _____

Carta de Apresentação

Senhor (a), Diretor (a),

Estamos apresentando a V. S^a o(a) cursista pós-graduando(a)

que está em processo de realização do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar.

É requisito parcial para a conclusão do curso, a realização de um estudo empírico sobre tema acerca da inclusão no contexto escolar, cujas estratégias metodológicas podem envolver: entrevista com professores, pais ou outros participantes; observação; e análise documental.

A realização desse trabalho tem como objetivo a formação continuada dos professores e profissionais da educação, subsidiando-os no desenvolvimento de uma prática pedagógica refletida e transformadora, tendo como consequência uma educação inclusiva.

Desde já agradecemos e nos colocamos a disposição de Vossa Senhoria para maiores esclarecimentos no telefone: (061) 3107-6911.

Atenciosamente,

 Coordenador(a) do Polo ou Professor(a)-Tutor(a) Presencial

Coordenadora Geral do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar: **Prof^ª Dr^ª Diva Albuquerque Maciel**



Universidade de Brasília – UnB
 Instituto de Psicologia – IP
 Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
 Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Senhor(a) Professor(a),

Sou orientando(a) do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, realizado pelo Instituto de Psicologia por meio da Universidade Aberta do Brasil/Universidade de Brasília (UAB-UnB) e estou realizando um estudo sobre _____. Assim, gostaria de consultá-lo(a) sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Esclareço que este estudo poderá fornecer às instituições de ensino subsídios para o planejamento de atividades com vistas à promoção de condições favoráveis ao pleno desenvolvimento dos alunos em contextos inclusivos e, ainda, favorecer o processo de formação continuada dos professores nesse contexto de ensino.

A coleta de dados será realizada por meio de _____ (*explicitar todas as técnicas de coleta de dados: gravações em vídeo das situações cotidianas e rotineiras da escola; entrevistas, observações, questionários etc.*)

Esclareço que a participação no estudo é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você poderá deixar a pesquisa a qualquer momento que desejar e isso não acarretará qualquer prejuízo ou alteração dos serviços disponibilizados pela escola. Asseguro-lhe que sua identificação não será divulgada em hipótese alguma e que os dados obtidos serão mantidos em total sigilo, sendo analisados coletivamente. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como _____ (*explicitar instrumentos de coleta de dados*), ficarão sob a guarda do pesquisador responsável pela pesquisa.

Caso tenha alguma dúvida sobre o estudo, o(a) senhor(a) poderá me contatar pelo telefone _____ ou no endereço eletrônico _____. Se tiver interesse em conhecer os resultados desta pesquisa, por favor, indique um e-mail de contato.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o(a) pesquisador(a) responsável pela pesquisa e a outra com o senhor(a).

Agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.

Respeitosamente.

 Assinatura do Pesquisador

 Assinatura do Professor

Nome do Professor: _____

E-mail(opcional): _____



Universidade de Brasília – UnB
 Instituto de Psicologia – IP
 Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED
 Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Senhores Pais ou Responsáveis,

Sou orientando(a) do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, realizado pelo Instituto de Psicologia por meio da Universidade Aberta do Brasil/Universidade de Brasília (UAB-UnB) e estou realizando um estudo sobre _____.

Assim, gostaria de solicitar sua autorização para que seu(sua) filho(a) participe do estudo.

A coleta de dados será realizada por meio de _____ (*explicitar todas as técnicas de coleta de dados: gravações em vídeo das situações cotidianas e rotineiras da escola; entrevistas, observações, questionários etc.*)

Esclareço que a participação de seu(sua) filho(a) no estudo é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Seu(sua) filho(a) poderá deixar a pesquisa a qualquer momento que desejar e isso não acarretará qualquer prejuízo ou alteração dos serviços disponibilizados pela escola. Asseguro-lhe que a identificação seu(sua) filho(a) não será divulgada em hipótese alguma e que os dados obtidos serão mantidos em total sigilo, sendo analisados coletivamente. Os dados provenientes da participação na pesquisa, tais como _____ (*explicitar instrumentos de coleta de dados*), ficarão sob a guarda do pesquisador responsável pela pesquisa.

Caso tenha alguma dúvida sobre o estudo, o(a) senhor(a) poderá me contatar pelo telefone _____ ou no endereço eletrônico _____. Se tiver interesse em conhecer os resultados desta pesquisa, por favor, indique um e-mail de contato.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o(a) pesquisador(a) responsável pela pesquisa e a outra com o senhor(a).

Agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.

Respeitosamente.

 Assinatura do Pesquisador

 Assinatura do Pai/Responsável pelo Aluno

Nome do Pai/Responsável: _____

Nome do Aluno: _____

E-mail(opcional): _____

